

EVOLUÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA ENTRE 1991 E 2005

Lauro Mattei*
Aline Venturi**

Resumo: As transformações estruturais que atingiram o capitalismo nas últimas décadas do século XX causaram impactos sobre o mercado do trabalho. Fatores como a terceira revolução tecnológica, a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados, sob a égide da globalização econômica, delinearam um movimento de reestruturação produtiva nas empresas, reduzindo os empregos e precarizando as relações de trabalho. Essas mudanças atingiram os países centrais e mais intensamente os trabalhadores dos países periféricos, como o Brasil. Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução do mercado formal de trabalho catarinense frente ao novo contexto econômico e político marcado pela reestruturação produtiva que proporcionou a eliminação de muitos empregos formalizados e elevou os índices de informalidade.

Palavras-chave: Política; reestruturação; trabalho formal.

Abstract: The structural changes that happened in the capitalism model in the last decades of the twentieth century caused important impacts in the labor market. Factors such as the third technological revolution, trade liberalization and deregulation of markets, influenced by the economic globalization, led to a movement to redesign the productive chain at companies, reducing jobs and weakening the work's relations. These changes have reached the developed countries and more intensely workers of peripheral countries such as Brazil. This paper has with objective to analyze the evolution of the formal labor market in Santa Catarina in front of the new economic and political context that was demarcated by productive re-structuration. This new scenario eliminated many formal jobs and increased a lot the informality rates.

Keywords: political; re-structuration; Formal Labor.

* Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: mattei@cse.ufsc.br

** Bacharel em Economia. Email: aline.venturi@amae.sc.gov.br

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar a dinâmica evolutiva do mercado formal de trabalho catarinense entre os anos de 1991 e 2005. Dadas as transformações contempladas no âmbito do mercado de trabalho mundial, a partir das novas formas de produção e organização do trabalho inseridas no pós-guerra, constatou-se uma modificação estrutural também nas formas de empregar nos países periféricos do sistema econômico global.

O mercado de trabalho brasileiro foi especialmente atingido a partir das políticas de liberalização e flexibilização que foram adotadas pelo país ao final dos anos 80. Com o argumento em prol da modernização, o Brasil, assim como outros países da América Latina que incorporaram os ideais liberais do Consenso de Washington, abriu seu comércio à concorrência mundial e adotou, a partir de 1990, uma agenda de reformas estruturais que visavam a estabilidade macroeconômica.

Neste contexto de reestruturação, o Estado teve seu papel reduzido e, conseqüentemente, a proteção ao emprego também regrediu. A exposição das empresas nacionais ao intercâmbio mundial provocou uma queda na produtividade impondo a elas a adoção de medidas de enxugamento. Essas práticas reduziram o emprego formal e provocaram no Brasil, mais intensamente do que nos países centrais, mudanças na formatação e qualidade dos postos de trabalho. Houve uma redução dos vínculos formais e o aumento das ocupações informais e dos não-assalariados, quase sempre acompanhados de menor proteção social, menores salários e condições mais precárias de trabalho.

O mercado de trabalho catarinense, apesar do maior grau de formalização em relação às outras unidades federativas, também sofreu com as mudanças gerais da economia brasileira. O Estado de Santa Catarina, historicamente formado por uma estrutura produtiva diversificada e com expressiva participação dos setores agrário e industrial, também acompanhou as mudanças por que passou a economia nacional. A abertura comercial, os planos de estabilização econômica que se seguiram e, principalmente, a retirada do Estado como promotor do desenvolvimento, tiveram conseqüências sobre as relações econômicas e de trabalho no estado catarinense. Os empregos em Santa Catarina sofreram os impactos destas mudanças e o mercado de trabalho catarinense iniciou um forte processo de mudanças no final do século XX.

Diante disso, o artigo pretende caracterizar a dinâmica das ocupações formais em Santa Catarina a partir da década de 1990, apontando as principais transformações ocorridas no mercado de trabalho. Dispondo de dados do Ministério do Trabalho - relativos ao mercado formal de trabalho em Santa

Catarina – analisa-se a evolução dos postos de trabalho de acordo com os setores econômicos, o gênero, o nível de escolaridade e a remuneração dos trabalhadores catarinenses. O trabalho possui caráter descritivo, baseado em dados secundários do Ministério do Trabalho, da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS - importante instrumento quantitativo que cobre 97% do mercado formal brasileiro.

Para tanto, o trabalho está organizado em cinco seções, além desta breve introdução. A primeira seção se refere aos aspectos do trabalho no mundo globalizado e as mudanças que esse mercado enfrentou a partir dos anos de 1980. A segunda seção discute essas mudanças no contexto nacional, priorizando as condições do mercado de trabalho do país na década de 1990. A terceira seção apresenta algumas considerações sobre o estado catarinense e a composição geral de seu mercado de trabalho, enquanto a quarta seção discute a evolução dos dados dos postos formais de trabalho em Santa Catarina. Na quinta seção apresentam-se breves considerações sobre evolução dos empregos formais, realçando tendências do mercado formal de trabalho em Santa Catarina.

Breves notas sobre as principais transformações no mundo do trabalho

O final do século XX representou um período de grandes e profundas transformações estruturais da economia mundial. Depois de uma fase de expansão e melhoria das condições de vida, orientadas pelos investimentos estatais em bem-estar social e pelo auge do modelo fordista de produção, os países capitalistas enfrentaram uma crise em suas estruturas econômicas que os obrigou a buscar alternativas de sustentação da produtividade.

A Terceira Revolução Tecnológica em andamento possibilitou a incorporação de um novo padrão de acumulação baseado na especialização e na flexibilidade das atividades produtivas. Este modelo de acumulação flexível ocasionou uma reformulação dos processos de organização dos meios produtivos, exigindo alta produtividade, maior qualidade dos produtos e a redução de estoques. O progresso advindo com esta revolução mostrou-se mais inovador do que em todas as revoluções anteriores e provocou alterações em todos os setores produtivos. Os avanços em informática, automação industrial e biotecnologia se ampliaram para todos os setores da economia, inclusive para o setor de serviços, provocando uma mudança nos processos de trabalho, que passaram a incorporar características flexíveis e polivalentes nas plantas produtivas.

A crise que se colocava para a sociedade capitalista passou a exigir das empresas um constante controle dos custos, a fim de manter seus lucros elevados. Ocorreu assim uma passagem do paradigma fordista de produção em massa para uma produção mais flexível e especializada, que buscou se

adequar à nova demanda de produtos mais elaborados e diversificados. Houve o aparecimento de novas formas de gestão e organização da produção, refletindo o esgotamento do padrão fordista de produção. Segundo Antunes (2002), as transformações no processo produtivo, com a constituição de formas flexíveis de acumulação, de nova gestão organizacional, do avanço tecnológico e, especialmente do modelo japonês, foram a resposta do capital à sua crise estrutural.

A reestruturação econômica colocada em andamento dentro das firmas foi acompanhada por mudanças políticas no contexto mundial. A regulação econômica e a proteção que os estados vinham exercendo sobre suas economias foram substituídas por uma série de reformas liberais, a fim de ajustar o mercado às exigências da nova ordem econômica mundial. A globalização econômica tornou-se o fio condutor do processo, com o argumento de aumentar os fluxos de comércio, os investimentos internacionais e a modernização dos parques produtivos.

As mudanças estruturais ganharam força a partir dos anos de 1980, quando a ideologia neoliberal se impôs como modelo de organização política da sociedade. Com a queda dos acordos econômicos internacionais houve um colapso no sistema e o ambiente econômico foi tomado por políticas de contração monetária, elevação da taxa de juros, desregulamentação dos mercados, privatizações e alteração do papel do Estado. A agenda neoliberal questionou o padrão produtivo através de medidas de liberalização comercial e desregulamentação do mercado financeiro. O Estado tornou-se isento da defesa da produção e do emprego e passou a ser apenas regulador das forças econômicas.

A globalização econômica foi resultado desses ajustes do sistema capitalista frente às novas exigências do mercado. O avanço da transnacionalização do capital¹ desencadeou uma corrida pela busca de competitividade nos mercados mundiais. Diante do quadro de instabilidade dos mercados, as empresas tiveram que se reestruturar para continuar competindo. De acordo com Dedecca (1997), a financeirização do capital industrial no contexto de instabilidade e globalização econômica, desestabilizou os padrões de concorrência entre os capitais e passou a exigir das empresas uma atuação ágil para enfrentar as novas condições de concorrência capitalista.

Essas mudanças configuraram uma etapa mais avançada de progresso tecnológico e de acumulação financeira de capital, caracterizada como um estágio mais profundo da internacionalização da vida econômica, política, social e cultural (Coutinho, 1996). Este processo de globalização, resultante de todas as mudanças ancoradas nas forças do livre mercado, teve impactos por todas as décadas posteriores ao seu surgimento, sendo, inclusive, responsável pelas mudanças nas relações de trabalho das economias capitalistas.

A flexibilização das relações de trabalho apareceu como parte do processo de racionalização produtiva das empresas, quando a estabilidade nas relações trabalhistas não pôde mais ser sustentada num contexto de instabilidade dos mercados, acirramento da concorrência e a incorporação mais rápida do progresso técnico (Dedecca, 1997). A flexibilização foi preconizada como uma das exigências necessárias ao aumento da produtividade e à reversão da crise, sendo também responsável por causar redução nos empregos estáveis e aumento do subemprego (Pochmann, 2002). A automação desenvolvida com a revolução tecnológica reduziu drasticamente o número de trabalhadores e trouxe o efeito do desemprego estrutural em massa para a maioria dos países capitalistas. Surgiram novas formas de contratação como o trabalho temporário, por tempo parcial, a terceirização e o aumento substancial do emprego informal.

As inovações tecnológicas aceleraram as transformações no mundo do trabalho, provocando mudanças qualitativas e alterando também a distribuição setorial do emprego, de forma que os postos de trabalho, criados nas atividades ligadas à tecnologia, não compensaram os postos destruídos pela reestruturação. Quanto à qualificação do trabalhador as formas de produção mais flexíveis tenderam a desqualificar-lo, a partir da fragmentação do trabalho, tornando a realização do processo padronizada e de ritmo mais intenso. A fragmentação do trabalho, adicionada ao incremento tecnológico, possibilitou ao capital uma maior exploração e controle sobre a força de trabalho (Antunes, 1997). O desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes da força de trabalho, elevou os índices de desemprego estrutural e promoveu um retrocesso do poder dos sindicatos.

A desregulamentação do mercado de trabalho e o retrocesso, por parte do Estado, nas políticas públicas voltadas à proteção do emprego, só fizeram aumentar a insegurança dos trabalhadores e tornar precárias as relações de trabalho.

Segundo Pereira (1998 p. 107):

A busca de flexibilidade na organização da produção, em contraste com a rigidez do modelo fordista, passa a ser sinônimo de redução dos gastos com mão-de-obra direta pelas empresas, resultando em redução da segurança do emprego e acentuando as formas de “precarização” do trabalho (Pereira, 1998).

A precarização das relações de trabalho se dá por meio da substituição das relações formais de emprego por relações informais, sem carteira assinada e outros benefícios, e por trabalho temporário, em tempo parcial ou a

domicílio, caracterizando-se assim por uma forma individualizada de trabalho. Nos últimos anos ampliaram-se essas formas de inserção da força trabalhadora, de forma que o setor formal não foi mais capaz de absorver o excesso de mão-de-obra. Os trabalhadores passaram a ser submetidos a formas precarizadas de trabalho, desqualificand-se ainda mais e agravando o quadro social do mundo do trabalho.

Desta maneira, os processos de flexibilização produtiva, abertura comercial e financeira e a reestruturação tecnológica das empresas tiveram conseqüências relevantes sobre as relações de trabalho a partir do final do século XX. As mudanças políticas e econômicas em curso promoveram alterações nas formas de ocupação, inserindo no mercado de trabalho novas formas de contratação e organização do processo de trabalho. A partir do movimento de reestruturação das empresas, os custos trabalhistas foram enxugados e uma onda de desemprego atingiu as economias centrais e periféricas.

Estes movimentos gerais podem assim caracterizar os impactos dos novos moldes de reprodução do capital sobre a classe que vive do trabalho. Em termos gerais, o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e automação acabou por gerar índices elevados de desemprego em todo o mundo, sugerindo uma reformulação das políticas de emprego e renda. A globalização econômica, sob a égide de reformas estruturais, acabou por impor jornadas de trabalho mais rígidas e uma extrema insegurança ao trabalhador, que resignado, teve de se adaptar aos novos padrões de competitividade. Dentro de um cenário de individualização do trabalho, só se viu aumentar o desemprego, as relações precárias e instáveis, o medo e as diferenças profundas entre as regiões mais desenvolvidas e aquelas que estão à margem do processo de desenvolvimento capitalista.

O mercado de trabalho brasileiro na década de 1990

O mercado de trabalho brasileiro teve seu movimento condicionado sempre pelas políticas econômicas implementadas pelos últimos governos e pela dinâmica que a economia apresentou ao longo dos anos, especialmente no período do pós-guerra.

Este período foi caracterizado como anos de desenvolvimento econômico, ancorados na política de substituição de importações, com elevadas taxas de crescimento econômico e diversificação dos ramos industriais, apoiados nos investimentos de infra-estrutura do Estado e financiados pela expansão da dívida externa e do crédito doméstico. O emprego atingiu nessa época patamares estáveis e houve grande formalização

dos postos de trabalho, com alterações nas legislações trabalhistas. Segundo Pochmann (2002), entre as décadas de 1940 e 1970, o mercado de trabalho se estruturou em torno do emprego assalariado e dos segmentos organizados da produção, ou seja, aqueles postos de trabalho mais homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas.

Contudo, a crise do petróleo e o aumento das taxas de juros internacionais levaram o país a uma profunda recessão econômica, resultando num aumento perplexo da inflação e expansão da crise fiscal. Houve um colapso do padrão de financiamento da economia brasileira no início dos anos 80, causado pela crise da dívida externa, sob um cenário de estagnação e oscilações econômicas que rompeu com as estruturas do mercado de trabalho ajustadas até este momento.

A instabilidade macroeconômica provocou uma desaceleração do crescimento industrial, com contrações no produto e na taxa de investimento. O esgotamento do padrão de desenvolvimento condicionou o mercado de trabalho às políticas de ajustes recessivos da economia. Com a queda da atividade econômica inúmeros postos de trabalho foram eliminados, principalmente com relação aos empregos industriais e novos empregos surgiram, sobretudo no comércio e prestação de serviços. O mercado de trabalho foi se deteriorando durante a década de 80, dada a perda de capacidade geradora de empregos da indústria e do estado desenvolvimentista.

Com a crise se alastrando o governo iniciou, a partir dos anos de 1990, uma política de busca de estabilidade econômica. De acordo com Chahad (2003), algumas mudanças são observadas nesse contexto econômico que contribuem para explicar enormemente as flutuações no emprego, inclusive o emprego formal.

A transição de uma economia com altas taxas de inflação para uma estabilidade de preços teve implicações positivas para diminuição dos índices de pobreza. Contudo, trouxe consigo baixos níveis de salário real e de produtividade, dado o contexto de competitividade internacional ocasionado pela abertura. A liberalização da economia, provocada pelas ações de cunho liberal do governo Collor, induziu as empresas a se reestruturarem para competir, inovando com tecnologia e práticas de gestão. Estes mecanismos levaram a uma desestruturação do mercado de trabalho, causando um aumento do desemprego estrutural e o surgimento de novas modalidades de contratação, precarizadas e inseguras. A redução da proteção do Estado nas relações de emprego também figurou como agravador para o mercado de trabalho, levando as negociações coletivas ao âmbito da empresa simplesmente. A questão demográfica do país também surgiu como agravante, dado que o mercado formal teve dificuldades para incorporar a nova mão-

de-obra, que pressionou inclusive as taxas de desemprego e informalidade. As privatizações do setor público, realizadas para ajudar a fechar o balanço de pagamentos desequilibrados, reduziram os níveis de emprego e milhares de empregados públicos se uniram ao contingente de desempregados brasileiros.

Uma rede de inseguranças se estabeleceu em torno do mercado de trabalho brasileiro. O aumento do desemprego, das formas precárias de contratação e os baixos salários praticados no mercado informal tornaram-se aspectos comuns do dia-a-dia dos que estavam inseridos neste mercado. Por causa destas inseguranças, muitos trabalhadores passaram a se submeter às formas precárias de trabalho e remuneração. O desemprego na década de 1990 passou por uma trajetória de crescimento, interrompida brevemente entre 1993 e 1995, durante a fase expansiva do Plano Real, movimento que continuou no início do governo FHC, diante dos choques monetários adotados para manter a moeda sobrevalorizada.

Segundo estudos do Dieese (2001), a permanência desse desemprego elevado e de longa duração corroeu a segurança no mercado de trabalho e fez com que os jovens dessa década perdessem a expectativa de mobilidade social. O emprego de tempo integral, protegido pela legislação, foi substituído por vínculos vulneráveis, como o trabalho sem carteira, autônomos e o emprego doméstico, sempre em condições mais precárias de atividade.

Esses fatores se revelaram incisivos sobre o mercado de trabalho e provocaram mudanças que estão presentes até os dias atuais. Houve no Brasil uma precarização das relações de trabalho, resultado das políticas adotadas como alternativas ao desenvolvimento. O emprego industrial caiu, revelando o ajuste defensivo das empresas frente à recessão, com aumento de ocupações instáveis, relacionadas às formas de produção flexíveis. As ocupações do setor de serviços e dos segmentos informais tiveram aumento, relacionado a uma mudança estrutural no mercado de trabalho, e segundo Cardoso Jr. (2001), seriam frutos da perda do dinamismo econômico do Estado e, principalmente, uma estratégia de sobrevivência dos trabalhadores diante das poucas alternativas de empregabilidade com proteção social.

Reflexos deste processo sobre o emprego catarinense

A economia catarinense teve seu desempenho fortemente condicionado pelo desenvolvimento da economia brasileira, que sofreu influências dos planos de estabilização econômica e da abertura comercial iniciada em 1990. Essas transformações possibilitaram o início do processo de reestruturação econômica nas empresas, atingidas pelo aumento da competição externa. As mudanças estruturais na economia catarinense aconteceram dentro deste

cenário com a redução das atividades produtivas estatais e a reestruturação do parque industrial, distribuído por todo o estado e em diferentes setores da economia.

A atual conformação da estrutura produtiva e ocupacional catarinense é fruto das políticas que ora incentivaram a expansão e diversificação industrial ora agravaram a situação competitiva dos setores produtivos. Dois movimentos fortes podem ser observados no comportamento do padrão de crescimento adotado pelo Estado.

Em um primeiro momento, a estrutura produtiva catarinense passou por um processo de modernização e integração regional a partir dos anos 60, que proporcionou um aumento da participação industrial na economia catarinense. Os setores econômicos seguiram a lógica de acumulação capitalista em curso no Brasil, com uma estrutura agrário-exportadora forte e uma indústria caracterizada pela diversidade setorial e homogeneidade de atividades nas diferentes regiões do Estado.

De acordo com Goularti Filho (2003), a partir da década de 1960, por meio do apoio efetivo do investimento estatal, a indústria catarinense se ampliou e se diversificou em vários setores dinâmicos de produção. Apoiado nos investimentos do Estado e na consolidação do capital privado nacional, que já detinha uma estrutura tradicional nos setores têxteis e alimentícios, o desenvolvimento de uma base produtiva sólida proporcionou um crescimento considerável da economia catarinense. Houve expansão no setor tradicional têxtil e a introdução de setores expressivos como o metal-mecânico, cerâmico, papel e celulose, plástico e ainda um fortalecimento dos complexos agroindustriais.

Entre 1950 e 1980 o PIB brasileiro cresceu a taxas médias de 7% ao ano, enquanto Santa Catarina obteve médias de crescimento até 40% acima das taxas nacionais. Neste período, o mercado de trabalho catarinense passou também por profundas mudanças, e muitas famílias deixaram o campo em busca de melhores condições de trabalho e renda nas regiões mais desenvolvidas. A indústria de transformação foi se alicerçando em torno dos grandes centros regionais que se formaram em Joinville, Blumenau e Criciúma, quando estes locais passaram a atrair grande parte da população economicamente ativa do estado (Lins e Mattei, 2001).

Esta trajetória de crescimento que fez com que o estado se destacasse no cenário nacional foi interrompida, entretanto, a partir da década de 1990. As crises enfrentadas pela economia brasileira interferiram na dinâmica produtiva catarinense e a reestruturação industrial que se iniciou globalmente atingiu também as fábricas catarinenses. A abertura comercial e as políticas adotadas a partir do Governo Collor provocaram fortes ajustes econômicos que obrigaram as empresas a repensar os rumos de suas atividades. O aumento

da competitividade externa ocasionou o fechamento de muitas empresas e a redução das atividades em outras, diminuindo assim o número de trabalhadores.

Lins e Mattei (2001) também destacam este processo e complementam que a entrada de importados, amplificada depois pela política cambial do Plano Real, forçou a reestruturação de muitas empresas por uma modernização tecnológica e organizacional. Obtidos os avanços em competitividade e qualidade, restou, porém, um enorme contingente de desempregados em diferentes setores de atividade.

Ocorreu ainda uma forte redução das atividades estatais, oriundas das privatizações que passaram a atingir o complexo industrial nacional. Em Santa Catarina ocorreu uma forte reestruturação do setor têxtil, com a retração do segmento, a reestruturação da indústria cerâmica e do setor eletro-metal-mecânico, o desmonte do setor carbonífero e ainda a desnacionalização do complexo agroindustrial (Goularti Filho, 2003).

A partir de então, o mercado de trabalho em Santa Catarina passou a apresentar os mesmos problemas de exclusão e de desemprego como no restante do país (Dieese, 1996). O comportamento do emprego passou a explicitar as iniciativas governamentais e empresariais, que incentivaram as terceirizações, as novas técnicas de gestão e a reestruturação tecnológica do processo produtivo. Houve, como em todo o país, o aumento das ocupações informais, desprotegidas e precarizadas, além de um aumento substancial das ocupações do setor terciário.

Quanto aos aspectos mais gerais do mercado de trabalho no estado, a Tabela 1 mostra que a ocupação cresceu sensivelmente menos do que a população economicamente ativa, apesar da taxa de ocupação se manter elevada no estado, em torno de 95,4%. Tal tabela apresenta a PEA catarinense desagregada por condição de ocupação e gênero. Os valores são relativos à semana de referência da PNAD. Os desocupados são os que procuraram trabalho nos últimos sete dias anteriores à pesquisa.

A PEA ocupada apresenta crescimento de 2,44% ao ano no período, enquanto a PEA total cresce 2,5% ao ano. Os desocupados, ou desempregados, apresentaram crescimento de 3,86% ao ano, o que elevou a taxa de desocupação de 3,82% em 1992 para 4,53% em 2005. O desemprego atingiu mais intensamente a população economicamente ativa feminina, que apesar do aumento na participação relativa (passa de 39% em 1992 para 45% em 2005) alcançou uma variação média anual de 6,19%.

Tabela 1 - População economicamente ativa e população ocupada na semana de referência segundo a condição de ocupação e gênero. Santa Catarina, 1992 e 2005.

Condição de atividade e de ocupação	1992	2005	1992/2005 % a.a. ²
Economicamente ativas	2.407.458	3.319.287	2,5
Ocupadas	2.315.516	3.168.780	2,44
Taxa de ocupação (%)	96,18	95,47	-
Desocupadas	91.942	150.507	3,86
Taxa de desocupação (%)	3,82	4,53	-
Homens	1.447.758	1.835.344	1,84
Ocupados	1.400.085	1.781.459	1,87
Desocupados	47.673	53.885	0,95
Mulheres	959.700	1.483.943	3,41
Ocupadas	915.431	1.387.321	3,25
Desocupadas	44.269	96.622	6,19
Não economicamente ativas	1.239.473	1.654.391	2,25

Fonte: PNAD – 1992 e 2005 (elaboração própria).

Assim, apesar de apresentar taxas de desemprego em geral menores do que a média nacional, o estado catarinense conviveu nas últimas décadas com um aumento substancial do contingente de desocupados, que se expressaram, sobretudo, na população feminina.

De acordo com Lins e Mattei (2001), a tendência do emprego em Santa Catarina é semelhante à do Brasil, porém com a existência de um mercado de trabalho com grande parte de seus postos de trabalho formalizados. Santa Catarina se sobressai como um dos estados com maior índice de trabalhadores com carteira assinada. A Tabela 2 vai apresentar os dados comparados entre a população economicamente ativa e os postos formais de trabalho em Santa Catarina.

Observando os dados agregados dos anos em questão, verificamos uma mudança no movimento da última década, com uma gradual elevação do emprego formal nos últimos anos. O crescimento do emprego formal foi superior ao crescimento da população economicamente ativa, crescendo a uma taxa média anual de 4,3%. Mesmo considerando esta variação positiva, o incremento foi insuficiente para atender o total da PEA catarinense, e o emprego formal chegou a 2005 com uma participação de 44,7% sobre a PEA.

Tabela 2 - População economicamente ativa e Postos Formais de Trabalho em Santa Catarina, nos anos de 1992 e 2005.

	1992	2005	var. absoluta
PEA	2.407.458	3.319.287	911.829
PFT	821.482	1.486.969	665.487
PEA- PFT	1.585.976	1.832.318	246.342
PFT/PEA	34,12%	44,79%	

Fonte: RAIS e PNAD – 1992 e 2005 (elaboração própria).

Houve um aumento de 665.487 postos formais de trabalho entre 1992

e 2005, contudo, devido à recessão dos anos anteriores, este incremento, que também pode ser creditado ao maior número de estabelecimentos que declararam a RAIS no período, não foi o bastante para incorporar toda a PEA no mercado de trabalho regulamentado. Ainda, de acordo com a tabela, 246 mil pessoas ficaram fora do mercado de trabalho protegido em 2005, sendo obrigadas a procurar novas formas de empregabilidade.

Esses dados evidenciam as transformações ocorridas nas relações de trabalho na economia catarinense, onde cada vez mais um contingente de trabalhadores se vê forçado a buscar alternativas fora do mercado formal de trabalho para subsistir. Cresce a cada ano o número de pessoas empregadas informalmente, com tempo de trabalho parcial, sem direitos e subempregadas. Os movimentos observados nacionalmente, de fragilidade das novas relações trabalhistas, de insegurança do emprego e da renda, e de aumento da condição de desocupação também são observados no âmbito do estado catarinense.

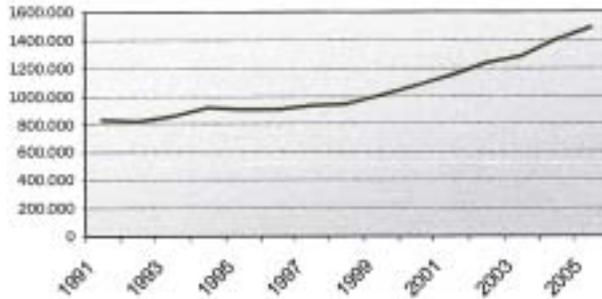
A próxima seção tratará mais especificamente do emprego formal catarinense, estabelecendo relações quanto à alocação qualitativa e quantitativa deste mercado de trabalho, tradicionalmente mais protegido e por isso mesmo, mais competitivo para o trabalhador.

A evolução do emprego formal em Santa Catarina

O mercado formal de trabalho catarinense apresentou nos últimos anos uma evolução crescente, de modo que os setores mais dinâmicos do estado, em especial a indústria de transformação, foram responsáveis pelas maiores variações no total do emprego. Dessa forma, as decisões empresariais de reestruturação e modernização do setor produtivo a partir do início da década de 1990 provocaram distintos efeitos na determinação do emprego formal.

Um olhar sobre o comportamento geral do mercado formal de trabalho em Santa Catarina (Gráfico 1) revela que até o final da década de 1990 os postos formais de trabalho no estado mantiveram-se estáveis e com um baixo crescimento. Em 1995, houve uma queda no número absoluto de ocupações formais, como reflexo das políticas de estabilização adotadas no início da década, e o estado perdeu empregos estáveis no período. O outro movimento ressaltado no gráfico é a inversão que se dá a partir de 1999, quando as ocupações formais começam a recuperar o crescimento. Entre 1991 e 2005, os postos formais de trabalho (PFT) cresceram a uma taxa média anual de 4,12% a.a., enquanto entre 1999 e 2005 o crescimento médio foi de 6,42% a.a.

Gráfico 1 - Total de vínculos formais de trabalho, SC, 1991-2005



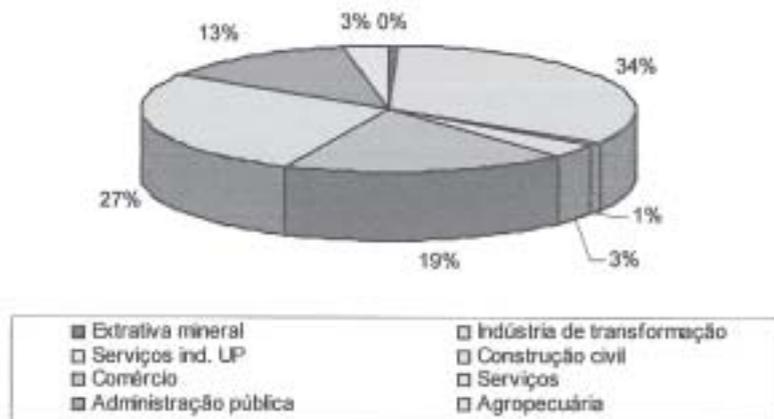
Fonte: RAIS/MTE – 1991 a 2005 (elaboração própria).

Diante do fraco desempenho da economia brasileira nestes últimos anos, com o inexpressivo crescimento do PIB, a elevação do emprego formal aparece como um fato relevante. A desvalorização da moeda ocorrida em 1999 com a intensificação do comércio mundial dinamizaram as exportações brasileiras e podem ter contribuído para este aumento dos postos formais. Outra causa desta elevação foi, segundo Baltar (2006), a maior fiscalização promovida pelo estado brasileiro com relação às leis trabalhistas, que passou a combater as fraudes e incentivar a formalização dos trabalhadores.

O gráfico 2 mostra a participação relativa dos empregos formais em Santa Catarina de acordo com as atividades econômicas. Nesta avaliação, podemos identificar os setores responsáveis pelo maior dinamismo na geração de postos formais de trabalho e, conseqüentemente, aqueles onde os vínculos formais foram reduzidos.

A análise atual desta distribuição indica que a indústria de transformação ainda absorve a maior parcela dos trabalhadores formalizados, mostrando ser uma estrutura mais organizada e de maior força econômica no estado. Os serviços já aparecem com cerca de 27% de participação, sendo um setor em expansão em todas as regiões do estado. Em seguida, destacam-se os setores de comércio, que se expande conforme aumenta a atividade produtiva e a administração pública que é um setor dinâmico característico em Santa Catarina.

Gráfico 2 - Distribuição da taxa de participação dos PFT, segundo setores de atividade em Santa Catarina em 2005



Fonte: RAIS/MTE – 1991 a 2005 (elaboração própria).

Lins e Mattei (2001) apresentam a composição setorial do PIB em Santa Catarina, atribuindo que o alicerce da economia catarinense ainda se estabelece no setor secundário, que, em 1998, detinha 45,3% de participação relativa no produto interno do estado. Segundo os autores, o desempenho favorável do PIB catarinense, que durante a década de 90 apresentou um crescimento médio anual superior às taxas do país, deve ser creditado em grande medida ao papel da indústria na produção do estado. Dessa forma, o emprego formal e protegido detém maior participação também no agregado do setor industrial.

De acordo com a Tabela 3, observa-se que entre 1991 e 2005 houve uma alteração na distribuição dos postos formais de trabalho no Estado. Fica claro que setores, como a extração mineral, reduziram consideravelmente o número de vínculos formais, enquanto os demais setores apresentaram uma tendência de crescimento dos vínculos formais em termos absolutos.

O setor de extração mineral apresentou tal comportamento pela deterioração da atividade de extração de carvão, principal minério do setor. A tabela mostra que em 1991 o setor detinha uma participação absoluta de 7,2 mil PFT, o que equivale a uma taxa de participação relativa de 0,86%. Porém, em 2005, essa participação passa a representar um número de 6,7 mil PFT, que equivale a 0,46%, significando que foi o setor que mais liberou mão-de-obra ao longo do período. De acordo com Ouriques e Vieira (1998), a indústria extrativa mineral, concentrada no sul do estado, já vinha reduzindo sua produção desde a década de oitenta, com o aumento das importações, mas a desregulamentação da atividade pelo estado foi fundamental para a desestruturação do setor e assim a redução dos postos formais de trabalho.

Tabela 3 - Distribuição dos PFT segundo setores de atividade econômica de Santa Catarina no período 1991 a 2005.

Ano	Ext. min.	I. transf.	S. Ind.	Const. C.	Comércio	Serviços	Adm. Pub	Agrop.	Total
1991	7.208	295.120	13.708	20.806	101.141	205.346	130.528	15.046	836.766
1992	5.451	279.320	12.669	22.279	97.149	189.470	138.737	16.132	821.482
1993	5.596	304.697	13.440	23.532	101.920	186.215	140.079	17.969	865.650
1994	5.954	342.506	15.183	35.144	127.787	193.536	141.144	30.396	923.592
1995	5.678	330.015	14.469	34.089	133.412	215.098	142.081	29.067	908.745
1996	4.127	325.762	12.779	34.333	134.079	220.427	147.581	28.838	909.608
1997	4.699	322.003	12.233	35.730	149.175	239.492	146.343	29.658	939.741
1998	4.657	313.130	13.462	36.804	152.931	249.175	148.768	27.955	947.016
1999	5.164	347.396	11.680	34.696	162.521	264.010	156.041	30.370	1.011.931
2000	5.728	371.293	11.099	37.519	181.722	287.441	153.262	29.813	1.077.929
2001	5.375	390.330	13.452	41.836	197.839	306.550	166.178	34.152	1.155.712
2002	5.233	416.582	13.570	42.779	214.045	327.065	180.233	36.105	1.235.612
2003	5.432	428.723	13.840	40.874	231.860	344.944	185.844	39.937	1.292.407
2004	6.501	478.002	14.022	43.943	258.554	368.722	192.229	44.274	1.406.247
2005	6.773	493.294	14.435	49.907	283.871	397.886	196.292	44.511	1.486.969
Taxa % a.a.	0,19	3,62	0,04	5,18	7,55	5,53	2,79	6,75	4,12

Fonte: RAIS/MTE – 1991 a 2005 (elaboração própria).

Os serviços industriais de utilidade pública também tiveram queda nos postos formais de trabalho, voltando a recuperar o patamar de PFT somente a partir de 2003. Sua participação relativa passou de 1,64% em 1991 para 0,97% em 2005. As privatizações de setores de serviços públicos, incentivadas e adotadas a partir dos anos de 1990, foram claramente responsáveis pela redução dos postos formais de trabalho nos serviços industriais de utilidade pública.

A indústria de transformação, setor que sofreu impactos negativos com a implantação das políticas econômicas da década de 1990, apresentou ampliação absoluta de vínculos formais, e é ainda responsável pela maior parcela de postos formais de trabalho no Estado, aspecto que já vem se modificando em outras unidades da federação. Apesar da importante participação no período, o setor apresentou momentos de redução dos vínculos formais, como é o caso do intervalo 1994-1998, ocasionado pelas políticas implementadas nesse período, de valorização cambial, que favoreceram a entrada de produtos importados, fazendo com que muitas indústrias tivessem uma retração da produção, principalmente as indústrias de calçados e têxteis.

A indústria de transformação apresentou no período uma taxa de crescimento médio anual de 3,62% com uma participação absoluta em 1991 de 295 mil PFT, passando para 493,2 mil PFT em 2005. A participação relativa passou de 35,27% para 33,17%, revelando que mesmo com um aumento dos vínculos em termos absolutos a participação relativa do setor no mercado formal de trabalho se reduziu, e houve assim uma liberação de mão-de-obra para outros setores.

A construção civil, outro importante setor da economia, apresentou períodos de expansão e contração dos vínculos formais no intervalo 1991-2005. Sua participação relativa em 1991 foi de 2,49%, passando a 3,36% em 2005, com um crescimento médio de 5,18% a.a.

Os setores de comércio e serviços foram destaque na ampliação de postos formais de trabalho no período e continuam a aumentar o número de empregos formais no Estado, representando cerca de 45% do total de empregos formais. Os serviços cresceram a uma taxa média anual de 5,53% a.a e o comércio obteve uma taxa média de crescimento de 7,55% a.a.

O comércio e os serviços foram setores que apresentaram crescimento absoluto de vínculos formais em praticamente todo o período, refletindo as mudanças estruturais no mercado de trabalho. De acordo com estudos do Dieese (1999), os setores de comércio e serviços cresceram mais rapidamente que a indústria nas últimas décadas, condicionados por fatores como a urbanização, a redução do emprego agropecuário, a migração rural-urbana e a crise industrial.

O comércio, em 1991, apresentava uma participação absoluta de 101 mil PFT, com participação relativa de 12,09%. Em 2005, essa participação se eleva para 283,8 mil PFT, que representa uma taxa relativa de 19%. Os serviços têm uma participação absoluta mais significativa ainda, passando de 205 mil PFT em 1991 para 397,8 mil PFT em 2005. É um setor que absorveu grande parte do excedente industrial, dada a reestruturação produtiva que aumentou o nível de subcontratações, e, em 2005, foi responsável pela absorção de 26,76% dos PFT.

A administração pública foi um setor que sofreu mudanças no período e ficou condicionado às políticas de ajuste fiscal, que contribuíram para reduzir o peso do setor no mercado formal. Sua participação absoluta cresceu 50,3% entre 1991 e 2005, no entanto sua participação relativa decresceu em boa parte dos anos. Em 1991, absorvia um número de 130,5 mil PFT, que equivale a 15,6%, e, em 2005, o número passou para 196,2 mil PFT com uma taxa relativa de 13,2%.

A agropecuária é um setor que apresentou crescimento absoluto por quase todo o período, refletindo a maior formalização das atividades agropecuárias. Sua média de crescimento anual alcançou 6,75% a.a. Em 1991, apresentava uma participação absoluta na ordem de 15.046 PFT, o que significa uma taxa de participação de 1,80%. Em 2005, apresentou uma participação absoluta de 44.511 PFT, significando uma taxa relativa de 2,9%.

A tabela 4 apresenta a distribuição dos postos formais de trabalho, segundo o gênero no período de 1991 a 2005. É bem nítido o processo de inserção da mulher no mercado formal de trabalho, já apontado em outras pesquisas, onde a participação feminina tem aumentado ano após ano.

Enquanto os postos formais masculinos cresceram a uma taxa de 3,4%, os postos femininos alcançaram uma variação anual média de 5,16%. Esse dado revela a tendência que vem crescendo nos últimos anos de maior feminilização do trabalho, onde as mulheres estão cada vez mais inseridas

na busca por melhores empregos. De acordo com a análise do mercado formal do Ministério do Trabalho (2005), o Estado de Santa Catarina é um dos estados que apresenta maior participação da força de trabalho feminina na flutuação do nível de emprego, em relação à média nacional.

Tabela 4 - Distribuição dos PFT, segundo gênero em Santa Catarina entre 1991 e 2005

	Masculino	%	Feminino	%	SC
1991	542.468	64,83	294.298	35,17	836.766
1992	530.749	64,61	290.733	35,39	821.482
1993	556.965	64,34	308.685	35,66	865.650
1994	589.494	63,83	334.098	36,17	923.592
1995	579.003	63,71	329.742	36,29	908.745
1996	575.907	63,31	333.701	36,69	909.608
1997	594.712	63,28	345.029	36,72	939.741
1998	595.884	62,92	351.132	37,08	947.016
1999	633.335	62,59	378.596	37,41	1.011.931
2000	670.149	62,17	407.780	37,83	1.077.929
2001	713.211	61,71	442.501	38,29	1.155.712
2002	753.049	60,95	482.563	39,05	1.235.612
2003	779.395	60,31	513.012	39,69	1.292.407
2004	840.104	59,74	566.143	40,26	1.406.247
2005	879.828	59,17	607.141	40,83	1.486.969
Taxa cresc. a.a.		3,49		5,16	

Fonte: RAIS/MTE – 1991 a 2005 (elaboração própria).

A indústria de transformação ainda é a responsável pela maior parte dos postos formais de trabalho masculinos, que, em 1991, ocupava 39,25% dos postos formais masculinos e passa a ocupar 35,8% em 2005. O setor de serviços também aparece com expressiva participação do sexo masculino, que tem participação relativa de 25,07% em 1991 e passa a 24,63% em 2005. Ocorre uma redistribuição dos postos formais para os outros setores econômicos. Os homens têm sua participação acrescida principalmente no comércio, construção civil e agropecuária em detrimento de queda de participação nos outros setores. O comércio passa de uma participação de 12,47% em 1991 para 18,7% em 2005, enquanto a construção civil tem taxa de participação em 1991 de 3,81%, passando a 5,29% em 2005, e a agropecuária passa de 2,43% em 1991 para 3,86% em 2005. Quanto aos setores que detêm maior participação masculina no total dos empregados, em 2005 podemos destacar a extrativa mineral (94% homens), a construção civil (93,2%), agropecuária (76,2%) e a indústria de transformação (64%).

Quanto ao gênero feminino, as maiores taxas de participação ficam para os setores da indústria de transformação, serviços, administração pública e comércio. Sua participação em relação ao total só é maior no setor de administração pública, que tem em 2005, 57% de participação relativa das mulheres. No comércio e serviços as mulheres representam um pouco menos da metade dos trabalhadores do setor, com participação relativa em torno de 45%.

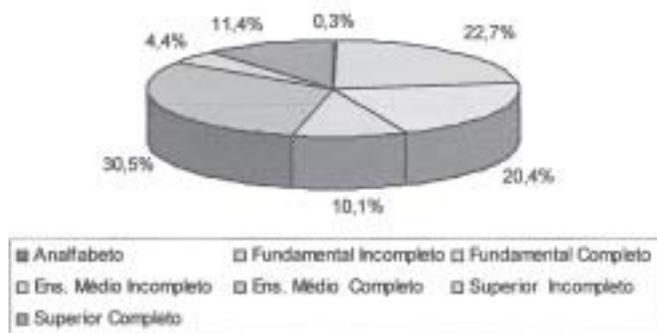
A taxa de participação feminina na indústria de transformação passa

de 34,01% em 1991, para 29,3% em 2005. A administração pública também tem redução de participação que cai de 22,52% em 1991 para 18,45% em 2005. Os setores responsáveis pelo aumento da participação feminina no mercado formal são claramente os setores de serviços e comércio, que juntos passam de uma taxa de participação em 1991 de 41,27% para uma taxa de participação de 49,5% em 2005.

O gráfico 3 apresenta a distribuição dos trabalhadores formais no estado de acordo com a escolaridade. A análise do mercado formal de trabalho catarinense segundo o nível de escolaridade revela o comportamento do mercado no período de acordo com a qualificação do trabalhador. Essa análise verifica se o estado de Santa Catarina segue o contexto de reorganização da produção, segundo a qual as empresas buscam empregar mão-de-obra mais qualificada e preparada.

De acordo com a distribuição, no ano de 2005, a grande parte das pessoas empregadas formalmente se encontravam na faixa educacional do 2º grau completo, ocupando 32% dos postos formais de trabalho. Uma grande faixa, cerca de 43%, ainda se mantém com nível educacional de até 8 anos de estudo. A participação dos ocupados com nível superior completo subiu no estado desde 1990, e em 2005, já ocupava 11% do total dos PFT, demonstrando a maior empregabilidade para os que atingem maior nível de escolaridade.

Gráfico 3 - Distribuição da taxa de participação dos PFT, segundo nível de escolaridade em Santa Catarina em 2005



Fonte: RAIS/MTE – 1991 a 2005 (elaboração própria).

Através da Tabela 5, ficam evidentes algumas tendências apontadas por outras fontes e pesquisas, que demonstram uma maior qualificação no mercado formal de trabalho catarinense nos últimos anos. Ocorreu aumento dos PFT relativos aos níveis de maior escolaridade em detrimento da queda de postos de trabalho com baixa escolaridade, em todo o período observado.

Todos os postos formais de trabalho com até 4 anos de estudo apresentaram taxas decrescentes de crescimento, indicando que houve queda na participação destes vínculos menos qualificados. Em contrapartida, os vínculos com mais de 8 anos de estudos apresentaram crescimento em todo o período.

De acordo com a referida tabela, o maior contingente de mão-de-obra empregada no estado já se concentra nas faixas de maior escolaridade, com mais de 8 anos de estudo. Em 2005, a proporção desses trabalhadores sobre o total já era de 56,5%. Em 1991 a faixa que contemplava o maior número de trabalhadores era a 4ª série completa, com participação relativa de 23,46%. Em 2005, a maior participação passa a ser do 2º grau completo, com 30,5%. Isso revela a preocupação das empresas empregadoras em qualificar seus trabalhadores, no contexto de aumento de competitividade. De acordo com estudo regional do DIEESE (1996), existe cada vez mais um apelo das empresas pela importância da qualificação, que além de garantir o futuro profissional dos estudantes, faz com que o trabalhador mantenha o seu posto de trabalho.

Tabela 5 - Distribuição dos PFT, segundo grau de escolaridade em SC entre 1991 e 2005.

Anos	Analfabeto	4.SER		Fundamental		Médio		Superior		Total
		INCOMP	COMP	INCOMP	COMP	INCOMP	COMP	INCOMP	COMP	
1991	12.007	65.089	196.289	140.411	145.836	64.153	117.992	24.321	66.566	836.766
1992	10.518	60.380	186.210	138.452	148.516	72.495	110.970	35.012	53.438	821.482
1993	10.941	56.709	186.453	146.809	166.478	78.811	121.606	35.284	58.473	865.650
1994	15.775	58.115	189.056	158.133	184.277	78.038	139.781	25.772	73.146	923.592
1995	10.302	59.384	173.566	152.965	180.394	78.911	142.075	27.134	77.204	908.745
1996	10.240	65.210	178.584	151.693	183.993	71.463	143.604	25.275	73.186	909.608
1997	10.009	53.868	161.665	155.796	201.679	81.169	163.902	28.404	81.284	939.741
1998	10.993	48.332	151.949	153.070	209.516	84.695	174.104	29.283	84.581	947.016
1999	9.808	46.087	148.281	157.420	223.817	95.348	194.163	31.163	105.843	1.011.931
2000	8.864	44.276	145.777	164.940	255.714	106.574	221.030	35.245	95.509	1.077.929
2001	9.338	42.752	143.296	171.738	261.566	116.541	256.202	42.810	111.469	1.155.712
2002	8.824	41.704	138.287	174.146	274.475	127.409	297.392	48.174	125.201	1.235.612
2003	5.655	41.527	130.668	169.828	279.861	133.767	335.963	51.318	143.820	1.292.407
2004	5.234	41.371	130.256	174.540	295.146	146.571	397.224	59.518	156.387	1.406.247
2005	5.110	39.880	125.700	172.594	303.488	150.868	453.679	65.647	170.003	1.486.969
% a.a	-5,85	-3,75	-3,34	1,59	5,47	6,05	9,99	5,94	7,69	4,12

Fonte: RAIS/MTE – 1991 a 2005 (elaboração própria).

As faixas de escolaridade que apresentaram maior crescimento no período foram 2º grau incompleto e 2º grau completo. Esses postos formais tiveram sua participação elevada de 21,77% em 1991 para 40,66% em 2005. Os níveis de ensino superior também elevaram seus vínculos, com destaque para os PFT com ensino superior completo. Em 1991, eram 66,5 mil postos formais de trabalho, com participação relativa de 7,96%. Em 2005, o número passa a 170 mil PFT, participando agora com 11,43% do total de empregados.

Ao se considerar os PFT segundo nível de escolaridade e setor econômico percebe-se que alguns setores são caracterizados por uma maior qualificação dos empregados, em detrimento de outros.

O setor de extração mineral tem seus vínculos concentrados nas faixas de baixa escolaridade, com até 8 anos de estudo. Em 2005, 61,7% dos PFT deste setor tinham até 8 anos de estudo apenas. A indústria de transformação também concentra seus PFT na baixa escolaridade. Em 1991, 83,04% dos PFT estavam abaixo dos 8 anos de estudo completos. Em 2005, essa razão diminuiu, passando a representar 52,67% dos empregados formais. É no patamar do 2º grau completo que se concentram os vínculos, que em 2005 somam 109,5 mil PFT.

A construção civil também não apresenta um alto nível de qualificação, concentrando seus PFT no nível de escolaridade que contempla até 8 anos de estudo. Em 1991, 3,2 mil PFT se concentravam na 8ª série completa, passando a 12,8 mil trabalhadores em 2005, que representa uma participação relativa de 25,8%.

Os serviços industriais de utilidade pública e a administração pública concentram seus PFT nos níveis de 2º grau completo e superior completo, revelando uma maior exigência quanto à qualificação dos empregados. A administração pública mantém seus vínculos centrados em um alto nível de escolaridade. Em 1991 num total de 130,5 mil PFT que o setor absorve, cerca de 55% são alocados nas faixas acima do 2º grau completo. Em 2005, dos 196 mil PFT do setor, 139,4 mil tinham escolaridade acima do 2º grau completo, correspondendo a 70% do total de ocupações formais no setor.

Os setores de comércio e serviços apresentam um nível de escolaridade também elevado. O comércio, em 1991, tinha 62,8 mil dos 101 mil PFT concentrados no nível acima da 8ª série completa. Em 2005, essa proporção passa a 243 mil PFT, mais de 85% do total. Os serviços têm uma participação ainda maior dos níveis elevados de escolaridade. Em 1991, os serviços alocavam 18,5 mil PFT no ensino superior completo, número que sobe a 62,4 mil em 2005, e a participação relativa destes trabalhadores no comércio sobe de 9 para 15%.

Por fim, buscou-se avaliar o comportamento e evolução dos rendimentos dos trabalhadores formais em Santa Catarina, ressaltando-se a importância desta variável para a qualidade de vida dos trabalhadores. Esta análise revelou uma tendência de queda de postos formais com melhores salários, em consonância com o aumento de empregos mal remunerados. Por este motivo, a observação do comportamento dos rendimentos dos trabalhadores formais se mostrou como um dos aspectos mais evidentes do contínuo empobrecimento que vem atingindo os trabalhadores, mesmo aqueles empregados no mercado formal de trabalho.

De acordo com a Tabela 6 observa-se que a grande parte dos PFT em Santa Catarina recebe entre 1 e 5 salários mínimos. No início da década cerca de 50% dos trabalhadores formais recebiam entre 2 e 5 salários. Ocorreu

uma rotatividade da mão-de-obra de maneira que em 2005 a maioria dos trabalhadores, cerca de 65%, passam a receber entre 1 e 3 salários mínimos.

Em valores absolutos, as faixas que apresentaram as maiores taxas de crescimento médio são os que recebem até meio salário mínimo (que cresceram 9,78% a.a.) e os que recebem entre 1 e 2 salários mínimos (crescendo em média 9,61% a.a.). As faixas salariais acima de 5 salários apresentaram taxas negativas de crescimento, com variações negativas entre 1 e 2,5% a.a. Esta evolução crescente dos empregos formais baseados em pisos mais baixos de remuneração demonstra que a maior parte dos postos de trabalho gerados nos últimos anos tendem às ocupações mais precárias e menos remuneradas.

Tabela 6 - Distribuição da taxa de participação dos PFT, segundo faixas de remuneração(em SM) em Santa Catarina entre 1991 e 2005.

Ano	ATÉ 0,5	0,5 A 1	1 A 2	2 A 3	3 A 5	5 A 10	10 A 20	MAIS 20	Total
1991	0,09	2,15	19,29	23,85	25,84	16,95	6,84	3,13	100,00
1992	0,12	2,34	22,55	23,02	26,26	15,61	5,99	2,27	100,00
1993	0,18	3,25	27,71	22,56	22,97	14,27	4,94	2,10	100,00
1994	0,12	2,83	21,90	23,26	24,17	16,91	6,23	2,72	100,00
1995	0,18	2,40	18,76	23,52	25,10	18,93	6,97	3,31	100,00
1996	0,18	2,21	18,25	24,58	26,90	17,97	6,49	2,97	100,00
1997	0,20	2,08	18,23	26,34	26,04	17,12	6,50	3,12	100,00
1998	0,24	2,30	21,20	26,70	24,69	15,80	6,01	2,70	100,00
1999	0,17	2,08	23,38	27,94	23,33	14,80	5,58	2,32	100,00
2000	0,15	2,11	26,45	28,93	21,83	13,52	4,65	1,92	100,00
2001	0,16	2,40	33,27	27,46	19,43	11,43	4,01	1,66	100,00
2002	0,22	2,57	36,57	26,38	18,05	10,56	3,76	1,65	100,00
2003	0,25	2,75	40,02	25,31	16,92	9,71	3,46	1,26	100,00
2004	0,27	2,73	39,12	25,94	16,97	9,91	3,39	1,29	100,00
2005	0,27	2,79	42,16	24,14	16,14	9,24	3,09	1,11	100,00

Fonte: RAIS/MTE – 1991 a 2005 (elaboração própria).

Ocorreu uma elevação de 19,29% em 1991 para 42,16% em 2005 dos PFT de faixa salarial de mais de 1 a 2 salários, contra uma queda expressiva dos PFT que recebem entre 3 e 5 salários, passando estes de uma participação de 25,84% para 16,14% em 2005. Ao observar as faixas salariais acima de 5 salários fica evidente a queda na remuneração do setor formal de trabalho. Os PFT que recebem entre 5 e 10 salários têm sua participação decrescida em 7,71%, entre 10 e 20 salários caem 3,75% e mais de 20 salários passam de 3,13% para 1,11% de participação relativa em 2005.

O que se pode constatar é que o número absoluto de postos de trabalho com menores salários cresceu substancialmente mais que as faixas mais elevadas de renda. Não se pode concluir, porém, que os trabalhadores tiveram seus salários rebaixados, mas que houve redistribuição das novas ocupações, de forma que elas passaram a se concentrar mais nas faixas precárias de remuneração, entre 1 e 2 salários mínimos.

Os setores de atividade econômica que apresentam postos de trabalho nas maiores faixas de remuneração são os serviços industriais de utilidade

pública e a administração pública. Em 2005, a administração pública tinha 26% dos seus empregados com salários entre 3 e 5 SM, enquanto os serviços industriais concentravam mais da metade dos funcionários nas faixas superiores a 5 SM.

A indústria de transformação tinha, no início da década, 33% dos empregados ganhando entre 3 e 5 SM, proporção que caiu para 17,2% em 2005. Neste mesmo ano, a indústria concentrou 43,2% dos PFT entre 1 e 2 salários.

Os setores que aparecem como piores remunerados são os setores da construção civil, comércio e setor agropecuário, com a grande parte de seus empregados ganhando até 3 salários mínimos em 2005. Comércio e serviços tinham, em 1991, quase 30% dos empregados ganhando entre 2 e 3 salários, e em 2005, 55% dos comerciários e 41,7% dos ocupados nos serviços passam a ganhar entre 1 e 2 salários mínimos. O setor agropecuário, em 2005, é o pior remunerado com 66% dos empregados ganhando até 2 salários.

Considerações finais

O estudo sobre o mercado formal de trabalho em Santa Catarina permitiu observar mudanças em curso nas relações de trabalho no estado, a partir das transformações ocorridas na economia brasileira, bem como das maiores mudanças em âmbito mundial. A revolução tecnológica, a abertura comercial e a nova direção da economia brasileira a partir de 1990 promoveram uma reestruturação empresarial que incorporou novas técnicas de gestão, reduzindo os quadros trabalhistas.

Diversas considerações sobre a estruturação do mercado formal de trabalho catarinense foram apontadas, principalmente no que se refere às modificações setoriais e de qualificação do trabalhador. Essa nova configuração do mercado formal de trabalho, além de ser condizente com a conjuntura econômica atual, reflete parte da reestruturação produtiva por que passou o estado diante das exigências de um mercado mais competitivo.

Observa-se que a participação feminina vem crescendo ano a ano no mercado formal catarinense, assim como a contratação de empregados com maior experiência profissional, o que delineia uma nova formatação do espaço de trabalho formal catarinense e uma crescente preocupação com relação à inserção dos jovens no processo produtivo.

O movimento de crescente participação dos serviços na distribuição dos empregos observado mundialmente também foi verificado em Santa Catarina, confirmando que a economia da informação e das atividades auxiliares à produção é dinamizadora do crescimento econômico. Mesmo assim, a indústria catarinense manteve uma expressiva participação nas taxas

formais de emprego, sendo responsável, em 2005, por cerca de 33% das ocupações formais no estado.

No que diz respeito à distribuição salarial percebeu-se uma piora na repartição dos salários, com aumento das faixas de menor remuneração e perda das faixas superiores de salário, o que pode ser lido como um indicativo de precarização no mercado de trabalho.

Estes levantamentos indicam que o mercado de trabalho catarinense seguiu de perto as transformações delineadas em âmbito geral, ocorrendo uma reorientação dos trabalhadores para novas funções e novos setores. No entanto, vale lembrar que o crescimento observado dos postos formais de trabalho ao longo da década de 1990 e, principalmente após 1999, não foi suficiente para absorver a crescente população economicamente ativa, e ainda, não proporcionou uma melhoria das condições de trabalho e de remuneração dos trabalhadores.

Notas

¹ Sampaio Jr. 1998, p. 26.

² Esta taxa de crescimento médio foi obtida a partir do cálculo $((b/a)^{(1/13)}-1)*100$, onde **a** representa o valor do ano de 1992 e **b** o valor de 2005

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1997.

Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed São Paulo: Boitempo, 2002.

BALTAR, Paulo, KREIN, José Dari e MORETTO, Amilton. **O emprego formal nos anos recentes**. Carta Social e do Trabalho n.3. Campinas, jan/abril 2006.

CARDOSO JR., José Celso. **Crise e desregulação do Trabalho no Brasil**. Texto para discussão IPEA. Brasília, ago. 2001.

CHAHAD, José Paulo Z. e PICCHETTI, Paulo (org.). **Mercado de Trabalho no Brasil: padrões de comportamento e transformações institucionais**. São Paulo: LTr, 2003.

COUTINHO, Luciano. **A fragilidade do Brasil em face da globalização**. In: BAUMANN, Renato (org.). O Brasil e a economia global. Rio de Janeiro: Campus: SOBEET, 1996, p. 219-237.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado.** In: MATTOSO, Jorge Eduardo Levi,

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil.** São Paulo: DIEESE, 2001.

DIEESE-SC. **Reestruturação produtiva e emprego na indústria de Santa Catarina.** Florianópolis, dez. 1996. Estudo Especial.

DIEESE-SC. **Reestruturação tecnológica e emprego no comércio em Santa Catarina.** Florianópolis, jan. 1999. Estudo Regional.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina.** In: Congresso da ABPHE, 2003. Disponível em: < <http://www.abphe.org.br/>>. Acesso em: 10 março 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Base Estatística: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Brasília: 1992 – 2005. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 junho 2007.

LINS, Hoyêdo Nunes; MATTEI, L. **A socioeconomia catarinense no limiar do século XXI.** Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas/UFSC, 2001. 33p. (Texto para discussão, nº 08).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Base Estatística: Relação Anual de Informações Sociais.** Brasília: 1991-2005. CD-ROM.

OLIVEIRA, C. A. B. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In.: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Economia e trabalho: textos básicos.** São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 113-126.

OURIQUES, H.R. e VIEIRA, P.A. **O emprego formal em Santa Catarina no período 1986-96: primeiras evidências.** Texto para discussão Dep. Ciências Econômicas/UFSC, dez 1998.

PEREIRA, J.M. Desemprego e flexibilização do emprego. Indicadores Econômicos FEE. V. 26 n.3 Porto Alegre, RS, 1998.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.** São Paulo: Contexto, 2002.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. **Crise e políticas de ajuste nos países capitalistas avançados.** In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). **Economia e trabalho: textos básicos.** São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 21-34.

Artigo recebido em 01.02.2008 e aceita a versão final em 23.08.2008